

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS CONTINUADOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

1.DO OBJETO

1.1 Contratação de serviços para a manutenção, recarga e teste hidrostático em extintores e mangueiras de incêndios, nos *campi* Fiocruz, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Item	Descrição/ especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Estimado
1	Contratação de serviços para a manutenção, recarga e teste hidrostático em extintores e mangueiras de incêndios, nos campi Fiocruz.	Serviço	1	R\$ 216.018,47

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520 de 2002, c/c art. 1º do Decreto nº 10.024/2019. Vide item 2.7 do Anexo V da IN nº 05/2017.

1.3 O quantitativo e respectivo item são os discriminados na tabela acima.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Menor Preço Unitário.

1.4.1. O regime de execução da contratação será de empreitada por preço unitário pois observa-se que pela natureza do serviço que se pretende, os interessados podem cotar um preço certo pré-definido e correspondente ao valor total do serviço.

1.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2 A Contratada deverá atender as especificidades de cada demanda como especificadas no item 10 e seus subitens deste Termo de Referência;

5.1.2.1 A Contratada deverá executar as atividades em todos os *campi* da Fundação Oswaldo Cruz no estado do Rio de Janeiro, conforme descrito neste Termo de Referência.

5.1.2.3 A contratada deverá obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação, conforme item 6 deste TR;

5.1.2.4 A contratada deverá atender a cada tipo de serviços de manutenção, de recarga, de teste hidrostático com recarga em extintores e mangueiras de incêndios, levando em consideração as especificidades de cada demanda;

5.1.2.5 A contratada deverá considerar a exigência de garantia mínima de 01 (um) ano para os serviços realizados nos extintores, contados a partir da data de ateste do responsável pelo recebimento do serviço.

5.1.2.6 A contratada deverá considerar o prazo máximo para execução dos serviços de recarga de 15 (quinze) dias a contar da data da retirada dos extintores das unidades Fiocruz;

5.1.2.7 prever total condição de atender a execução das manutenções, recarga, teste hidrostático com recarga em extintores e mangueiras

de incêndios, em todos os *campi* da Fundação Oswaldo Cruz, no estado do Rio de Janeiro;

5.1.2.8 A Contratada deverá obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades, conforme abaixo:

- Decreto Estadual RJ nº 42 de 17/12/2018 – COSCIP (Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico);
- NT 02-01 – Sistema de proteção por extintores de Incêndio – CBMERJ;
- NT 02-02 – Sistema de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndios – CBMERJ;
- Resoluções nº 267 – 2.000 e nº 340 – 2.003 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- ABNT NBR 5.426 – 1989 – Plano de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos;
- ABNT NBR 9.695 – 2014 – Pó para extinção de incêndio;
- ABNT NBR 10.721 – 2005 – Extintor de incêndio com carga de pó químico – especificação;
- ABNT NBR 11.715 – 2003 – Extintor de incêndio com carga d'água;
- ABNT NBR 11.716 – 2004 – Extintor de incêndio com carga dióxido de carbono;
- ABNT NBR 11.861 – 1998 – Mangueira de incêndio – requisitos e métodos de ensaios;
- ABNT NBR 12.274 – 2010 – Inspeção em cilindros de aço, sem costura, para gases;
- ABNT NBR 12.692 – 1998 – Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio;
- ABNT NBR 12.693 – 2013 – Sistema de proteção por extintores de incêndio;
- ABNT NBR 14.349 – 1999 – União para mangueira de incêndio;
- ABNT NBR N15.808 – 2017 – Extintores de incêndio portáteis;
- ABNT NBR 15.809 – 2017 – Extintores de incêndio sobre rodas

5.1.3 A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses.

5.1.4 Para os serviços a serem contratados não há necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

5.1.5 A Fiocruz definiu como solução de mercado a contratação de empresa especializada na prestação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, com execução por demanda, conforme descrito no item 10 e seus subitens deste Termo de Referência.

5.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5.3 Não há necessidade de estimativa de custos com deslocamentos e hospedagens.

5.4 As obrigações da Contratada e Contratante são aquelas previstas neste Termo de Referência, nos itens 12 e 13.

5.5. O presente objeto da licitação se enquadra em legislações especiais, estando as mesmas descritas no subitem 5.1.2.8, entretanto não se insere em margem de preferência.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 A Contratada deverá adotar os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade, mínimos, a seguir:

6.1.1 Deverá atender à Política de Sustentabilidade da Instituição.

6.1.2 Atender, no que couber, às exigências previstas na IN 01/2010 – SLTI/MPOG.

6.1.3 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

6.1.4 No que diz respeito à mão de obra a contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego realizando treinamentos dos seus funcionários periodicamente.

6.1.5 Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços.

6.2 Atendimento às leis e normas ambientais, tais como:

a) Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);

b) Lei nº 6938 de 17/01/1981 Política Nacional do Meio Ambiente;

c) Lei Estadual Nº 4.191 Política estadual de resíduos sólidos.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 15:00 horas. O licitante interessado em realizar a Vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, deve realizar o agendamento previamente pelo telefone (21) 2209-2141/2142/2190.

7.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

7.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de

reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4 A não realização da vistoria, uma vez ser a mesma facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 8.1.1 O envio dos equipamentos para manutenção e testes hidrostático e as mangueiras de incêndio para testes é realizado conforme a demanda, através de Ordem de serviço e conforme solicitação formal da fiscalização do contrato.
 - 8.1.2 A CONTRATADA deve pré-agendar, conforme ordem de serviço, o recolhimento dos equipamentos para manutenção e testes hidrostático e as mangueiras de incêndio para testes, quando requisitado pela CONTRATANTE.
 - 8.1.2.1 As ordens de serviços serão encaminhadas por e-mail e a CONTRATADA retornará por e-mail em até 24h, com o pré-agendamento o recolhimento dos equipamentos.
 - 8.1.3 As ordens de serviços serão executadas conforme modelo Anexo I.
- 8.2 A prestação do serviço será executada em até 15 (quinze) dias úteis, contados da solicitação da fiscalização do contrato, prorrogável pelo mesmo período, a critério da fiscalização, mediante pedido escrito e justificado.
- 8.2.1 Os serviços deverão ser prestados em dias úteis e horário comercial, mediante agendamento prévio com a fiscalização do contrato.
 - 8.2.2 O serviço deverá ser executado nas instalações da CONTRATADA, as quais devem estar licenciadas pelos órgãos ambientais competentes.
 - 8.2.3 Os extintores a serem recolhidos para manutenção e testes, serão acondicionados nas próprias edificações das unidades dos *campi* Fiocruz e serão recolhidos pela CONTRATADA com o acompanhamento de um membro da equipe da Brigada de Contingências.
 - 8.2.4 A contratada será responsável pelo transporte dos extintores, bem como toda a mão de obra envolvida na retirada para recarga ou manutenção
 - 8.2.5 No ato da retirada a empresa deverá deixar provisoriamente extintores sobressalentes e mangueiras (mínimo de 50%) para atendimento da necessidade de possíveis emergências e ocorrências de sinistros durante o período de execução dos trabalhos de recarga dos equipamentos. Os locais indicados para a reposição provisória são para as áreas externas ao campus Manguinhos: Expansão do campus, Centro de Referência Professor Hélio Fraga - CRPHF, Campus Fiocruz Mata Atlântica - CFMA e Instituto Fernandes Figueira - IFF);
- 8.3 A execução dos serviços terá início na data prevista e determinada pela Contratante, após a assinatura do contrato.
- 8.4 Após a formalização do contrato, a portaria com designação de gestor e fiscal será emitida pela autoridade competente.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 A Contratada deverá considerar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, para a perfeita execução dos serviços.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1- Localidades de Prestação dos serviços

- Há a necessidade de atendimento aos seguintes *campi* da Fiocruz:

	Campus	Endereço
01	Manguinhos	Av. Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ
02	Expansão do Campus	Av. Brasil, nº 4.036, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ
03	IFF – Instituto Fernandes Figueiras	Av. Rui Barbosa, nº 716, Flamengo, Rio de Janeiro - RJ
04	CFMA – Campus Fiocruz Mata Atlântica	Estrada Rodrigues Caldas, nº 3.400, Taquara, Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ
05	CRPHF – Centro de Referência Professor Hélio Fraga	Estrada do Curicica, nº 2.000, Curicica, Rio de Janeiro - RJ

10.1.2 - Demanda a ser executada

Tabela 1. Previsão do serviço anual de recarga de extintores

Quantidade Estimada Anual Recarga e Manutenção de Extintores				
Item	Tipo	Capacidade	Quantidade Anual de Recarga + 5% de recargas eventuais	Descrição
01	AP	10 L	1044	AP=Água Pressurizada
02	AG	75 L	01	AG = Água Gás

03	CO ²	04 Kg	108	CO2 = Gás Carbônico = Dióxido de Carbono
04	CO ²	06 Kg	1647	
05	CO ²	10 Kg	51	
06	CO ²	12 Kg	03	
07	CO ²	25 Kg	43	
08	PQS	4 Kg	40	PQS = Pó Químico Seco a base de bicarbonato de potássio
09	PQS	06 Kg	406	
10	PQS	08 Kg	13	
11	PQS	12 Kg	30	
12	PQS	30 Kg	01	
13	PQS	50 Kg	04	Espuma mecânica
14	Espuma	09 L	16	
15	Espuma	50 L	01	
16	ABC	4 Kg	38	ABC = pó químico a base de fosfato monoamônico
17	ABC	6 Kg	04	
18	ABC	8 Kg	02	
19	ABC	30 Kg	06	
20	ABC	50 Kg	03	
Total			3461	

Obs: A Fiocruz definiu 5% de recargas eventuais para os extintores tipo, P=Água Pressurizada e CO2 Gás Carbônico = Dióxido de Carbono CO2, conforme registro do histórico de ocorrências do Gestão de Vigilância Patrimonial/Cogic. As recargas eventuais são destinadas ao atendimento das necessidades de possíveis emergências e ocorrências de sinistros durante o período de execução dos trabalhos.

Tabela 2. Previsão para teste anual das mangueiras de incêndio:

ITEM	TIPO (TIPO)	DIÂMETRO	QUANTIDADE
01	2	1 ½”	446
02	2	2 ½”	176
03	05	1 ½”	05
	Σ		627

Tabela 3. Previsão para o serviço anual de teste hidrostático dos cilindros dos extintores com remarcação numérica e pintura do cilindro com Manutenção e Recarga:

Item	Tipo	Capacidade	Quantidade Estimada
01	AP	10 L	250
02	AG	75 L	01
03	CO ²	04 Kg	25
04	CO ²	06 Kg	400
05	CO ²	10 Kg	15
06	CO ²	12 Kg	01
07	CO ²	25 Kg	10
08	PQS	4 Kg	10

09	PQS	06 Kg	100
10	PQS	08 Kg	3
11	PQS	12 Kg	8
12	PQS	30 Kg	01
13	PQS	50 Kg	01
14	Espuma	09 L	4
15	Espuma	50 L	01
16	ABC	4 Kg	5
17	ABC	6 Kg	01
18	ABC	8 Kg	01
19	ABC	30 Kg	00
20	ABC	50 Kg	03
	Σ		840

Tabela 4. Cronograma para execução do serviço de recarga dos extintores dos *campi* Fiocruz/RJ:

CRONOGRAMA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RECARGA DOS EXTINTORES DOS CAMPIS FIOCRUZ RIO DE JANEIRO																		
Item	Descrição dos Extintores	Expansão	Mangueiros						CFMA / CRPAP	Mangueiros	IFF	Mangueiros				Total	Qtde para uso eventual (5%)	Qtde Total
			TIPO	CAPACIDADE	JAN	FEB	MAR	ABR				MAI	JUN	JUL	AGO			
1	AP	10 L	36	60	87	87	88	88	38	87	41	88	98	98	98	994	50	1.044
2	AG	75 L			1											1		1
3	COF	04 Kg			25			25	8	25	3	22				108		108
4	COF	06 Kg	48	140	130	125	112	115	70	113	69	145	145	140	136	1569	78	1.647
5	COF	10 Kg				25		25			1					51		51
6	COF	12 Kg								3						3		3
7	COF	25 Kg								2				41		43		43
8	PQS	4 Kg							4		2				34	40		40
9	PQS	06 Kg	10		65	55	75	25	16	35	21	35	15	25	69	406		406
10	PQS	08 Kg								5					4	11		11
11	PQS	12 Kg						15	13	2						30		30
12	PQS	30 Kg									1					1		1
13	PQS	50 Kg											4			4		4
14	Espuma	09 L								1					8	7	16	16
15	Espuma	50 L									1						1	1
16	ABC	4 Kg												19	19	38		38
17	ABC	6 Kg							4							4		4
18	ABC	8 Kg									2					2		2
19	ABC	30 Kg									3		3			6		6
20	ABC	50 Kg											3			3		3
	TOTAL		94	200	308	292	330	295	141	312	137	300	318	328	308	3333		3.461
ENDEREÇO DOS CAMPIS FIOCRUZ																		
Mangueiros	Avenida Brasil, nº 4.357, Mangueiros, Rio de Janeiro-RJ																	
Expansão	Avenida Brasil, nº 4.636, Mangueiros, Rio de Janeiro-RJ																	
IFF	Avenida Rui Barbosa, nº 716, Flamengo, Rio de Janeiro - RJ																	
CFMA	Estrada Rodrigues Caldas, nº 3.400, Taquara, Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ																	
CRPAP	Estrada do Curitica, nº 2.000, Curitica, Rio de Janeiro - RJ																	

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.2.1 Após a formalização do contrato, a portaria com designação de gestor e fiscal será emitida pela autoridade competente.

11.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

11.6.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.12 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

12.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, a rotina de execução descrita no item 8 deste Termo de Referência.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, haja vista as interdependências das tarefas e a responsabilização direta da execução dos serviços.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.2 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.5 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

15.6 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.7 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.8 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.10 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

15.11 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.12 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as rotinas descritas no item 8 deste Termo de Referência.

15.13 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

16.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo III, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.1.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

16.2.1 A prestação do serviço será aceita e a qualidade avaliada mensalmente por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo V, o qual poderá ser descontado da empresa Contratada a alíquota de 5% do valor líquido, pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, chegando assim a um valor final de fatura a liberar.

16.2.2 A fiscalização do contrato realizará a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicando para a CONTRATADA os indicadores de não conformidade verificados no período e informando os valores a serem faturados com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

16.2.3 A FISCALIZAÇÃO irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificada desconformidade contínua na prestação do serviço com base na qualidade exigida.

16.2.4 A CONTRATADA será avaliada por meio do resultado das avaliações da qualidade do serviço prestado em decorrência de verificações em campo por meio de vistorias realizadas pelos fiscais operacionais das unidades assistidas que subsidiarão a fiscalização do contrato.

16.2.5 O resultado das avaliações da qualidade será por meio da análise do seguinte módulo:

16.2.5.1 Avaliação do serviço de manutenção, recarga e teste hidrostático em extintores e mangueiras de incêndios.

16.2.6 Nas avaliações realizadas pela fiscalização será atribuída ao formulário de avaliação da qualidade dos serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”,

“Ruim” e “Péssimo”, equivalentes, respectivamente, aos valores 9 a 10; 6 a 8; 3 a 5 e 0 a 2 para cada item avaliado de acordo com o número de ocorrências, conforme tabela abaixo a qual define as pontuações para o Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo
9 a 10 (de nove a dez) pontos	6 a 8 (de seis a oito) pontos	3 a 5 (de três a cinco) pontos	0 a 2 (de zero a dois) pontos

ÓTIMO - Refere-se à conformidade/atendimento total dos critérios.

BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios.

RUIM - Refere-se à desconformidade parcial dos critérios.

PÉSSIMO - Refere-se à desconformidade total dos critérios.

16.2.7 A fiscalização do contrato realizará o acompanhamento e fará a avaliação mensal da execução dos serviços. Para obtenção do valor mensal da fatura, os resultados das avaliações da qualidade, que corresponde a 100% do faturamento mensal da empresa Contratada, serão liberados conforme Intervalo de pontos alcançados, idêntico ao descrito no item 8 deste Termo de Referência, e tabela abaixo:

Manutenção, Recarga e Teste hidrostático em extintores e mangueiras de incêndios			
De	Até		Alíquota (%) Para Liberação
9	10	Ótimo	Liberação 100% da fatura
6	8	Bom	Liberação 98,5% da fatura
3	5	Ruim	Liberação 96,5% da fatura
0	2	Péssimo	Liberação 95% da fatura

16.2.8 A fiscalização do contrato realizará acompanhamento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por meio de relatórios mensais.

16.2.9 A empresa Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.2.10 A fiscalização do contrato irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificado desconformidade contínua da prestação do serviço à qualidade exigida.

16.2.11 A Contratada deverá manter registros, controles e informações das adequações de pagamento (descontos) realizadas em sua fatura mensal pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a fiscalização do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

16.2.12 Apesar da possibilidade de adequação ao pagamento (descontos) na fatura mensal pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, a contratualização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) não exclui a possibilidade de aplicação de sanções legais conforme previsto em contrato.

16.2.13 Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados;

16.2.14 O modelo de relatório utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado nas unidades Fiocruz poderá ser atualizado, revisto e sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

16.2.15 A empresa Contratada após notificação e ciência das não conformidades encontradas na unidade assistida, deverá estipular prazo em comum acordo entre a unidade e a fiscalização do contrato para solucionar as falhas apontadas que foram causar de desconto na fatura anterior.

16.2.16 Todos os relatórios de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) enviados mensalmente a fiscalização do contrato deverão ser datados e assinados por profissionais designados pelas unidades assistidas e servirão de atesto para liberação do pagamento da fatura.

16.2.17 O modelo de formulário utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo III, nas dependências da Fiocruz poderá ser atualizado, revisto ou sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

16.2.18 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que será aceita ou não pela FISCALIZAÇÃO do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.2.19 A fiscalização do contrato contará com um Fiscal Administrativo e Fiscal Técnico, designado pela Cogic – Coordenadoria Geral de Infraestrutura dos Campi, e se for o caso, fiscais setoriais indicados pelas unidades parceiras e designados pela Cogic que irão acompanhar todas as atividades/operações do serviço em suas unidades, além de apoio administrativo para dar suporte ao fechamento das faturas mensais e nas atividades operacionais.

16.2.20 A comunicação entre a fiscalização do contrato e a contratada será através de representante designado pela contratada, o qual deverá atender todas as demandas administrativas e operacionais da prestação do serviço.

16.2.21 A CONTRATADA deverá manter registros, controles e informações das ocorrências das não conformidades apresentadas no IMR, pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a FISCALIZAÇÃO do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

16.2.22 Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados.

16.2.23 A CONTRATADA, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo em comum acordo com a

FISCALIZAÇÃO do contrato para solucionar as falhas apontadas pelas unidades assistidas.

16.2.24 A Fiscalização do contrato avaliará através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a qualidade dos serviços e considerará as ocorrências registradas, por meio de seu fiscal operacional. A fiscalização do contrato irá consolidar o IMR final obtido em cada unidade a fim de se obter o percentual de satisfação da prestação do serviço e consequentemente verificar o atingimento do indicador de atendimento da cesta Fiocruz pela média dos percentuais atingidos nas respectivas unidades. O não atingimento do indicador de atendimento descrito no item 16.2.6 deste instrumento, sujeitará a Contratada as penalidades previstas no Termo de Referência e no contrato.

16.3 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.3.1 não produziu os resultados acordados;

16.3.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

16.3.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2 Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da

Lei nº 8.666, de 1993.

18.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1 o prazo de validade;

18.5.2 a data da emissão;

18.5.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4 o período de prestação dos serviços;

18.5.5 o valor a pagar; e

18.5.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
		365	

19. REAJUSTE

19.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, correspondente exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

19.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1 Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da

20.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.2.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.10 Será considerada extinta a garantia:

20.10.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.10.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

21.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa de:

- (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.6 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.6.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.6.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.6.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.8 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.8.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.11 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

21.12 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.13 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.13.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14. Comete infração administrativa nos termos da Portaria nº 150/2019-Cogead Fiocruz:

21.14.1 DAS SANÇÕES:

21.14.1.1 Não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

21.14.1.2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

21.14.1.3 Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

21.14.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

21.14.1.5 Não manter a proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

21.14.1.6 Falhar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

21.14.1.7 Fraudar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;

21.14.1.8 Comportar-se de modo inidôneo:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

21.14.1.9 Cometer fraude Fiscal:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

21.14.2 AGRAVANTES:

As sanções previstas no item 21.14.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

21.14.2.1 Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

21.14.2.2 Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

21.14.2.3 Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução de processo licitatório;

21.14.2.4 Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

As penas previstas nos subitens 21.14.1 1, 21.14.1 2, 21.14.1.4 e 21.14.1.5 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto no item 3.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes.

21.14.3 ATENUANTES

21.14.3.1 A conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

21.14.3.2 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

21.14.3.3 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

21.14.3.4 A penalidade a que se refere ao subitem 21.14.1.2 será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente, que:

21.14.3.4.1 A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

21.14.3.4.2 O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

21.14.3.4.3 Não tenha ocorrido nenhuma hipótese de agravantes prevista no item 5.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz; e

21.14.3.5 O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

21.14.4 ATENUANTES

21.14.4.1 Quando da ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave;

21.14.4.2 A Aplicação das penas previstas nesta portaria não se exclui possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem inclusive por perdas e danos causados à Administração;

21.14.4.3 Na apuração dos fatos de que trata a portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências;

21.14.4.4 No estabelecimento da pena, obrigatoriamente, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nos itens acima. O Cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores agravantes conforme previsto no 21.14.2 para a majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no item 21.14.3 para a redução da pena.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

22.1 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os previstos neste instrumento, conforme descrição abaixo:

22.3.1 Comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

22.3.2 A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica em nome da empresa licitante, comprovando o desempenho de atividade, conforme detalhadas e nas conformidades deste Termo de Referência, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

22.3.3 Atestado de prestação de Serviços para a manutenção, recarga e teste hidrostático em extintores e mangueiras de incêndio sem mão de obra residente, com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos totais, conforme estabelecido no item 10 deste Termo de Referência.

22.3.3.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

22.3.3.2 Serão aceitos o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos.

22.3.3.3 Para fins de comprovação será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade de os 3 anos serem ininterruptos.

22.3.3.4 O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

22.3.3.5 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

22.4 O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

22.5 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22.6 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22.7 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

23.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 216.018,47 (duzentos e dezesseis mil dezoito reais e quarenta e sete centavos)

24 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

24.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste

exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 24.1.1 A presente contratação está prevista no Plano Anual da Cogic, sob o registro do Plano Plurianual do Governo Federal, ação Orçamentária 2000 do PPA 2020-2023.
- 24.1.2 Projeto / Processo: 0032.2000.567.21936 - Gestão de Contratos de Manutenção de Equipamentos e Prevenção a Incêndios.
- 24.1.3 Programa de Trabalho: 10122003220000033
- 24.1.4 Elemento de Despesa: 33903917 - manutenção e conservação de máquinas e equipamentos
- 24.1.5 Fonte de Recurso: 06151000000

24.2 O Código cadastrado no Planejamento de Gerenciamento de Contratações -PGC é o código nº3662.

Aprovação - Área Técnica

Claudionor da Silva Lima

Gestão de Vigilância e Segurança Patrimonial

Aprovação - Área Administrativa

Darcy Rodrigues

De Acordo

Fábio Cerqueira

Coordenação de Serviços Operacionais

Autorizo

Coordenação Geral de Infraestrutura do Campus

DOS ANEXOS:

I – Ordem de Serviços

II – Estudo Técnico Preliminar;

III– Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

IV – Mapa de Riscos

ANEXO I – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

MODELO DE ORDEM DE RETIRADA NÚMERO: XXXXXXXX

Contratante:	
CNPJ:	
Endereço:	Bairro:
Cidade:	E-mail:
Complemento:	Fone:
Representante da Contratada:	Contato:
Data de Emissão:	Data Prev. Entrega:
Pavilhão ou Campi:	

A retirar	Extintores ou Mangueiras para Manutenção	1ª parte :		2ª parte :		3ª parte :	
		Retirada	Entrega	Retirada	Entrega	Retirada	Entrega
1							
2							
3							
4							
OBS:		Resp. Entrega:		Resp. Entrega:		Resp. Entrega:	
		Resp. recebimento:		Resp. recebimento:		Resp. recebimento:	

LISTA DE ITENS QUE SUBSTITUIRÃO OS EQUIPAMENTOS EM MANUTENÇÃO

Data do Empréstimo: __/__/__	Data da Devolução do Empréstimo: __/__/__
------------------------------	---

Quant.	Tipo/Capc.	Observação	Quant.	Tipo/Capc.	Observação

Autorizo a execução dos serviços/produtos acima relacionados, bem como substituição de comprovantes que se façam necessários e declaramos assumir a responsabilidade pelos materiais emprestados. Comprometendo-me a devolvê-los nas mesmas condições de recebimento.

Fiscal do contrato

Contratada

Material Liberado Por

LISTA DE MATERIAL DEVOLVIDO/REPROVADO

Quant.	Material	Observação	Quant.	material	Observação

Data de Devolução do material Devolvido/Reprovado __/__/__

Cliente: _____

_____ de _____

Assinatura do Recebedor

ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 61/2021

1. Informações Básicas

Processo Nº: 25389.000490/2021-09

Designação da Equipe de Planejamento: Portaria nº

2. Introdução.

A Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz é uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde, que abriga enorme diversidade de atividades, incluindo o desenvolvimento de pesquisas; a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico; o ensino e a formação de recursos humanos; a informação e a comunicação em saúde, ciência e tecnologia; o controle da qualidade de produtos farmacêuticos e serviços de saúde e a implementação de programas sociais. Nesse contexto, servidores e outros profissionais de diversas áreas de conhecimentos técnicos atuam no atendimento às necessidades da sociedade, nos vários *Campi* da Instituição no Brasil e no exterior. O Campus Manguinhos localizado na cidade do Rio de Janeiro abriga a matriz da Ciência em Saúde Pública no Brasil, necessitando de condições adequadas a tais funções.

3. Descrição da necessidade

A Coordenação Geral de Infraestrutura dos Campi (Cogic) é responsável pela gestão da infraestrutura da Fiocruz e está presente em todas as atividades da Instituição. Sua missão é de prover conhecimentos e soluções sustentáveis de infraestrutura para a Fiocruz.

Assim, a manutenção, recarga e teste hidrostático em extintores e mangueiras de incêndios é uma exigência da legislação do segmento PCI – Prevenção e Combate a Incêndios, ou seja, é um serviço obrigatório, pois a descontinuidade no todo ou em parte poderá provocar o descumprimento do que preconiza a legislação vigente, e ainda, significativos problemas de segurança dos trabalhadores e transeuntes, além de danos ao meio ambiente e materiais.

Este serviço proporcionará as condições necessárias para que a Fiocruz tenha suas instalações aprovadas nos diversos processos de certificações e

acreditações, mais principalmente, oferecerá segurança à vida dos servidores, alunos, pacientes, trabalhadores e usuários das edificações dos campi, bem como ao patrimônio histórico e científico da Fundação.

Além disso, na falta da prestação deste serviço por negligência da Administração, a própria deverá responder aos órgãos de fiscalização e controle.

Há a necessidade de atendimento aos seguintes campi da Fiocruz:

N	Campus	Endereço
01	Manguinhos	Av. Brasil, 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ
02	Expansão do Campus	Av. Brasil, nº 4.036, Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ
03	IFF – Instituto Fernandes Figueiras	Av. Rui Barbosa, nº 716, Flamengo, Rio de Janeiro - RJ
04	CFMA – Campus Fiocruz Mata Atlântica	Estrada Rodrigues Caldas, nº 3.400, Taquara, Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ
05	CRPHF – Centro de Referência Professor Hélio Fraga	Estrada do Curicica, nº 2.000, Curicica, Rio de Janeiro - RJ
06	Ineru – Instituto Nacional de Endemias Rurais	Estrada da Covanca, nº 60, Tanque, Jacarepaguá, Rio de Janeiro - RJ
07	Palácio Itaboraí – Fiocruz Petrópolis	Rua Visconde de Itaboraí, nº 188, Valparaíso, Petrópolis - RJ

Trata-se, então, de Estudo Técnico Preliminar que objetiva identificar a mais efetiva solução para a salvaguarda a segurança do patrimônio público federal, da pesquisa científica, dos servidores, colaboradores, prestadores de serviço, alunos, pacientes e usuários das diversas edificações que compõem os Campi da Fiocruz no Rio de Janeiro.

A presente necessidade deve ser tratada de forma continuada pela sua essencialidade, pois visam atender de forma contínua e permanente, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de forma que sua interrupção não comprometa a prestação de serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional.

4. Área requisitante

- DVSP - Departamento de Vigilância e Segurança Patrimonial

Responsável: **Claudionor** da Silva Lima – Matrícula SIAPE nº 046268-6

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

As necessidades expostas no item 1, a(s) solução(ões) deve(m) atender aos seguintes requisitos, dentre outros:

1. A solução deverá ter um caráter de continuidade;
2. A solução adotada deverá prever total condição de atender a execução das manutenções em todos os Campi da Fundação Oswaldo Cruz, no estado do Rio de Janeiro;
3. A solução adotada deverá obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental da contratação;
4. A solução adotada deverá obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades.
5. A solução adotada deve atender aos requisitos descritos nas seguintes normas:
 - Decreto Estadual RJ nº 42 de 17/12/2018 – COSCIP (Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico);
 - NT 02-01 – Sistema de proteção por Extintores de Incêndio – CBMERJ;
 - NT 02-02 – Sistema de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndios – CBMERJ;
 - Resoluções nº 267 – 2.000 e nº 340 – 2.003 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
 - ABNT NBR 5.426 – 1989 – Plano de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos;
 - ABNT NBR 9.695 – 2014 – Pó para extinção de incêndio;
 - ABNT NBR 10.721 – 2005 – Extintor de incêndio com carga de pó químico – especificação;
 - ABNT NBR 11.715 – 2003 – Extintor de incêndio com carga d’água;
 - ABNT NBR 11.716 – 2004 – Extintor de incêndio com carga dióxido de carbono;
 - ABNT NBR 11.861 – 1998 – Mangueira de incêndio – requisitos e métodos de ensaios;
 - ABNT NBR 12.274 – 2010 – Inspeção em cilindros de aço, sem costura, para gases;
 - ABNT NBR 12.692 – 1998 – Inspeção, manutenção e recarga em extintores de incêndio;
 - ABNT NBR 12.693 – 2013 – Sistema de proteção por extintores de incêndio;
 - ABNT NBR 14.349 – 1999 – União para mangueira de incêndio;
 - ABNT NBR N15.808 – 2017 – Extintores de incêndio portáteis;
 - ABNT NBR 15.809 – 2017 – Extintores de incêndio sobre rodas

6. Levantamento de Mercado

No que se refere à busca da melhor solução, foi realizada consulta e verificou que existem empresas especializadas na prestação destes serviços técnicos, tais como:

1. Recel Sistemas contra incêndio Ltda: recel@recel.com.br
2. Cintrax Hidrantes e Extintores: vendas@cintax.com.br
3. GB + Consultoria e Serviços Eireli – EPP: contato@gbconsult.com.br
4. Apiexe equipamentos contra incêndio: ly.comercial@gmail.com
5. Seprevi segurança contra incêndio sac@seprevi.com.br
6. Hiberno Extintores - Equipamentos de Combate a Incêndio e Serviços contato@hiberoextintores.com.br
7. Engesel serviços e manutenção de material elétrico administrativo@engesel.com
8. Ita- incêndio Serviços e Comercio de equipamentos: itaincendio2012@gmail.com
9. Leal Extintores LTDA lealexintores@lealexintores.com.br;
10. Hidrofire Materiais contra Incêndio hidrofire@hidrofire.com.br;
11. C.M. Couto Coutoflex vendas@cmcouto.com.br;
12. Fire-red extintores incendio@fire-red.com.br;
13. Ristfire produtos contra incêndio atendimento@ristsfire.com.br;
14. Forfire sistema de proteção contra incêndio forfire@forfire.com.br
15. BRIGGS - Soluções contra Incêndio contato@briggsfire.com.br;
16. Luclear Extintores contato@luclear.com.br;
17. Recarga de extintores RJ comercial@recargadeextintoresrj.com.br;
18. Consultfire Manutenção e Recarga de Extintores contato@consultfire.com.br
19. Rocha Fire Manutenção de Extintores rochafireextintores@gmail.com
20. Ramaam Engenharia de Incêndio comercial@ramaal.com.br

Em referência à execução atual, através do contrato nº 14/2016, processo nº 25389.000029/2016-81 da empresa RECEL Sistema contra incêndio LTDA, a solução hoje adotada é a contratação de empresa especializada. Esta contratação hoje abrange a manutenção, recarga e teste hidrostático em extintores e mangueiras de incêndio das edificações da Fiocruz.

Essa solução tem se mostrado adequada em razão das atividades de manutenção serem habituais e rotineiras. Tais atividades fazem parte da rotina de todos os *campi*.

Mediante ao exposto, a busca das alternativas possíveis e melhor solução, pretendendo atender com eficiência e eficácia a necessidade descrita no item 1, foram observadas algumas formas para atingimento desses objetivos. Nesse sentido, há a possibilidade de classificarmos algumas soluções, conforme abaixo:

1. Execução direta para prestação de serviços através equipe própria de servidores do quadro funcional:
2. Ponto Forte: Evita descontinuidade; há servidores especializados à disposição da Administração,
3. Ponto Fraco: A Instituição teria que conseguir o Registro de Credenciamento, emitido pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro;
2. Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços por posto de trabalho e em regime de mão de obra residente:
3. Ponto Forte: Evita descontinuidade; há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração, para que executem prontamente tarefas de seu interesse e necessidade. A programação dos serviços fica a cargo da contratada, com especificidade para a Fiocruz, que define quando e onde atender.
4. Ponto Fraco: A existência de um custo fixo; períodos ociosos das equipes com geração de custos para contratante; Dificuldade em dimensionar a força de trabalho de suporte.
3. Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços por demanda (medição por preço unitário):
4. Ponto Forte: Evita descontinuidade. A programação dos serviços fica a cargo da contratante, com especificidade para a Fiocruz, que define quando e onde atender.
5. Ponto Fraco: Atrasos e/ou dificuldades devido à possibilidade de descontinuidade em razão da mudança de mão de obra não exclusiva.

7. Descrição da Solução como um todo

Ao observar e analisar as soluções que se apresentam no item acima (Levantamento de Mercado), suas formas, propostas de fornecimento, seus benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiências de cada uma delas, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, conclui-se que o formato mais adequado a ser utilizado na Instituição é a “opção 3.”

A descrição da solução como um todo, abrange a contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços por demanda, ou seja, medição por preço unitário.

Esta solução compreende, ainda, toda a prestação do serviço descrito no item 1, com fornecimento materiais e peças de reposição para atendimento das necessidades da Fundação Oswaldo Cruz.

Deverá ser elaborado cronograma regular de atividades ao gestor ou ao fiscal do contrato que deverá conter, minimamente, as seguintes atividades:

8. Estimativa das quantidades

Para que a solução seja posta em prática e executada com qualidade, eficiência e segurança, deve se dar pelas quantidades abaixo:

Tabela 1. Previsão do serviço anual de recarga de extintores

Quantidade Estimada Anual Recarga e Manutenção de Extintores				
Item	Tipo	Capacidade	Quantidade Anual de Recarga + 5% de recargas eventuais	Descrição
01	AP	10 L	1044	AP=Água Pressurizada
02	AG	75 L	01	AG = Água Gás
03	CO²	04 Kg	108	CO2 = Gás Carbônico = Dióxido de Carbono
04	CO²	06 Kg	1647	
05	CO²	10 Kg	51	
06	CO²	12 Kg	03	
07	CO²	25 Kg	43	
08	PQS	4 Kg	40	PQS = Pó Químico Seco a base de bicarbonato de potássio
09	PQS	06 Kg	406	
10	PQS	08 Kg	13	
11	PQS	12 Kg	30	
12	PQS	30 Kg	01	
13	PQS	50 Kg	04	Espuma mecânica
14	Espuma	09 L	16	
15	Espuma	50 L	01	ABC = pó químico a base de fosfato monoamônico
16	ABC	4 Kg	38	
17	ABC	6 Kg	04	
18	ABC	8 Kg	02	
19	ABC	30 Kg	06	
20	ABC	50 Kg	03	
Total			3461	

Obs: A Fiocruz definiu 5% de recargas eventuais para os extintores tipo, P=Água Pressurizada e CO2 Gás Carbônico = Dióxido de Carbono CO2, conforme registro do histórico de ocorrências do Gestão de Vigilância Patrimonial/Cogic. As recargas eventuais são destinadas ao atendimento das necessidades de possíveis emergências e ocorrências de sinistros durante o período de execução dos trabalhos.

Tabela 2. Previsão para teste anual das mangueiras de incêndio:

ITEM	TIPO (TIPO)	DIÂMETRO	QUANTIDADE
01	2	1 ½"	446
02	2	2 ½"	176
03	05	1 ½"	05
	Σ		627

Tabela 3. Previsão para o serviço anual de teste hidrostático dos cilindros dos extintores com remarcação numérica e pintura do cilindro com Manutenção e Recarga:

Item	Tipo	Capacidade	Quantidade Estimada
01	AP	10 L	250
02	AG	75 L	01

03	CO ²	04 Kg	25
04	CO ²	06 Kg	400
05	CO ²	10 Kg	15
06	CO ²	12 Kg	01
07	CO ²	25 Kg	10
08	PQS	4 Kg	10
09	PQS	06 Kg	100
10	PQS	08 Kg	3
11	PQS	12 Kg	8
12	PQS	30 Kg	01
13	PQS	50 Kg	01
14	Espuma	09 L	4
15	Espuma	50 L	01
16	ABC	4 Kg	5
17	ABC	6 Kg	01
18	ABC	8 Kg	01
19	ABC	30 Kg	00
20	ABC	50 Kg	03
	Σ		840

Cronograma para execução do serviço de recarga dos extintores dos *campi* Fiocruz/RJ:

9. Estimativa do Valor da Contratação

Para estimativa do valor da contratação da Administração, foram consultadas as empresas especializadas na prestação destes serviços técnicos. Os preços pesquisados foram obtidos através de pesquisa ao mercado, em contato direto com 20 (vinte) fornecedores, dos quais 20 (quatro) deles encaminharam suas propostas, conforme abaixo:

Empresa	Situação
Recel Sistemas contra incêndio Ltda: recel@recel.com.br	Não respondeu
Cintrax Hidrantes e Extintores: vendas@cintax.com.br	Não respondeu
GB + Consultoria e Serviços Eireli – EPP: contato@gbconsult.com.br	Não respondeu
Apiexe equipamentos contra incêndio: ly.comercial@gmail.com	Não respondeu
Seprevi segurança contra incêndio sac@seprevi.com.br	Não respondeu
Hibero Extintores - Equipamentos de Combate a Incêndio e Serviços contato@hiberoextintores.com.br	Não respondeu
Engesel serviços e manutenção de material elétrico administrativo@engesel.com	Não respondeu
Ita- incêndio Serviços e Comercio de equipamentos: ita-incendio2012@gmail.com	R\$ 190.108,00
Leal Extintores LTDA lealextintores@lealextintores.com.br;	Não respondeu
Hidrofire Materiais contra Incêndio hidrofire@hidrofire.com.br;	R\$ 228.783,00
C.M. Couto Coutoflex vendas@cmcouto.com.br;	R\$ 254.756,26
Fire-red extintores incendio@fire-red.com.br;	Não respondeu
Ristfire produtos contra incêndio atendimento@ritsfire.com.br;	Não respondeu

Forfire sistema de proteção contra incêndio forfire@forfire.com.br	Não respondeu
BRIGGS - Soluções contra Incêndio contato@briggsfire.com.br;	R\$ 193.898,90
Luclear Extintores contato@luclear.com.br;	R\$ 336.070,70
Recarga de extintores RJ comercial@recargadeextintoresrj.com.br;	Não respondeu
Consultfire Manutenção e Recarga de Extintores contato@consultfire.com.br	Declinou
Rocha Fire Manutenção de Extintores rochafireextintores@gmail.com	Não atende a localidade
Ramaam Engenharia de Incêndio comercial@ramaal.com.br	Declinou
Média da Administração	R\$ 216.018,47

Destacamos que, o valor estimado pela Administração considerou os valores unitários dos itens de recarga, reteste e mangueiras, apresentados pelas empresas.

Ressaltamos que, a média das propostas apresentadas pelas empresas é diferente da média apurada pela Administração, tendo em vista que foram desconsiderados os preços inexequíveis e/ou superestimados contidos nas propostas recebidas. Destacamos ainda que algumas empresas não cotaram os preços de alguns itens solicitados para estimativa de preços, porém cumpre ressaltar que a média da Administração está mais vantajosa que a média das empresas, conforme demonstrado na Planilha de Custos e Formação de Preços.

Ante ao exposto, a média estimada anual da Administração para a pretensa contratação é de **R\$216.018,47** (duzentos e dezesseis mil dezoito reais e quarenta e sete centavos)

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Considerando as características dos serviços a serem contratados, a presente solução não comporta o parcelamento sem que haja o comprometimento das estratégias de segurança adotadas pela Fiocruz, assim sendo, os serviços devem ser contratados por item único e indivisível, portanto, não há que se falar de parcelamento da solução.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verificam contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade e contração desta demanda.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está prevista no Plano Anual da Cogic, sob o registro do Plano Plurianual do Governo Federal, ação Orçamentária 2000 do PPA 2020-2023.

Projeto / Processo: 0032.2000.567.21936 - Gestão de Contratos de Manutenção de Equipamentos e Prevenção a Incêndios.

Programa de Trabalho: 10122003220000033

Elemento de Despesa: 33903917 - manutenção e conservação de máquinas e equipamentos

Fonte de Recurso: 06151000000

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

- Oferecer condições para salvaguarda do patrimônio público federal e das pessoas nos *campi* Fiocruz Rio de Janeiro;
- Garantia constitucional de proteção aos “Bens da União” previstas nos Incisos I, III e IV do Art. 23 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Condições mais seguras para desenvolvimento das atividades fins da instituição, dos profissionais e usuários das edificações dos *campi* Fiocruz;
- Garantia do exercício das atividades de pesquisas, com maior segurança para os ambientes laboratoriais e científicos da instituição;
- Garantia da preservação do patrimônio da instituição, sua história e cultura.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Não há necessidade de ações especiais, além dos trâmites convencionais para a realização desta contratação, bem como não são necessárias intervenções e/ou adequações no local para a execução deste contrato.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Sabendo que impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas, os mesmos podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço.

Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, Art. 5.º, Incisos I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplicam a referida norma.

A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base nos elementos até aqui apresentados neste Estudo Preliminares, DECLARO que:

(X) É VIÁVEL a presente contratação.

17. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Departamento	Identificação	Assinatura
DVSP	Claudionor da Silva Lima – Matr.. SIAPE 0462686 Chefe do DVSP/COGIC Departamento de Vigilância e Segurança Patrimonial	
DVSP	Ronaldo Gomes – Matr.. SIAPE 0463637 Chefe do SEGEV Serviço de Gestão de Vigilância	
DVSP	Jorge Alexandre Porto de Moraes – Matr. . SIAPE 0463430 Assistente Técnico em Gestão de Saúde	
DGI	Hélio Coelho Silveira da Rosa – Matr. SIAPE 6465383 Chefe do DGI/COGIC Departamento de Gestão Institucional	

ANEXO III – ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

IMR -

ÓTIMO superando expectativas	Plenamente satisfeito,	BOM satisfeito	RUIZIM Parcialmente satisfeito, precisando melhorar	PÉSSIMO Insatisfeito
AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS				
Como pode ser avaliada a prestação dos serviços de manutenção, recarga e teste hidráulico e m extintores e mangueiras de incêndio?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
De forma geral, como podem ser avaliadas as ações relacionadas às informações prestadas ao fiscal do contrato acerca dos equipamentos e manutenção?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Como pode ser avaliada o prazo de devolução do equipamentos? A prestação do serviço é executada em até 15 (quinze) dias úteis, contados da solicitação da fiscalização do contrato?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Contratada obedece aos aspectos normativos, cumpre as normas técnicas e legislações vigentes pertencentes às atividades executadas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
De forma geral, a contratada adota os critérios e práticas de sustentabilidade previstos no Termo de Referência?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A Contratada executa os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
De modo geral, quanto aos vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a contratada repara, corrige, remove ou substitui, às suas expensas e no prazo fixado pelo fiscal do contrato o que se fizer necessário?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A contratada utiliza empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Como pode ser avaliada a comunicação ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
De modo geral, como pode ser avaliado o esclarecimento ou informações solicitadas pela Contratante relativos à execução dos serviços?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
SUGESTÕES OU APONTAMENTOS DE OUTRAS SITUAÇÕES IDENTIFICADAS				
<div> <div>Resultado Apurado</div> <div>Pontos</div> </div> <div> <input type="radio"/> Ótimo <input type="radio"/> Bom <input type="radio"/> Ruim <input type="radio"/> Péssimo </div>				

ANEXO IV – MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos	Responsável pela Edição	Data de Criação
21/2021	DENISE DE BARROS RIBEIRO GARCIA	25/10/2021 15:23
Objeto da Matriz de Riscos		
Serviços para a manutenção, recarga e teste hidrostático em extintores e mangueiras de incêndio		

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Estudo Técnico Preliminar ou Termo de Referência com especificações e justificativas insuficientes	Levantamento de dados inconsistentes	Planejamento	Administração	Baixo	
1	Impactos	Contratação de objeto diferente ou em desacordo com a necessidade da Administração; Não atendimento ao princípio da motivação de forma eficaz; Diminuição da competição, podendo culminar em uma licitação deserta ou fracassada. Aumento indevidamente do custo da aquisição;				
P-01	Ações Preventivas	Revisar cuidadosamente o Estudo Preliminar e o Termo de Referência, de maneira a reduzir as inconsistências verificadas no planejamento da contratação		Responsável: FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU		
C-01	Ações de Contingência	A equipe de planejamento da contratação deve solicitar à unidade demandante justificativa complementar com elementos suficientes para que subsidiem a contratação. Revogar ou anular o processo de licitação e emitir despacho ao setor requisitante solicitando adequação da Pesquisa de Preços e do Termo de Referência		Responsável: FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Erro no cálculo de preço estimado (pesquisa de preços)	Majoração dos preços de mercado em função das alterações do cenário nacional e /ou Preços inverídicos repassados pelos fornecedores	Planejamento	Administração	Baixo	
1	Impactos	Sobrepço ou preços inexequíveis; Possíveis negociações desfavoráveis devido a estimativa de preços estar incompatível com os preços oferecidos no mercado. Não atendimento ao princípio da economicidade. Resultados de licitação com preços superiores aos praticados no mercado (preços superestimados)				
P-01	Ações Preventivas	Consultar o site "compras governamentais" a fim de obter os custos praticados em outros órgãos para a prestação do serviço, entre outros. Analisar cuidadosamente as propostas de preços apresentadas pelas empresas consultadas.		Responsável: FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU		
C-01	Ações de Contingência	Analisar com extensas diligências propostas ofertadas no momento do certame licitatório de maneira a mitigar o risco apresentado. Verificar junto ao setor de Compras novos prazos estimados para aquisição, bem como emitir despacho à unidade requisitante solicitando adequação da pesquisa de preços e do Termo de Referência		Responsável: FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Erro nos quantitativos estimados para pretensa contratação	Levantamento histórico inconsistente.	Planejamento	Administração	Baixo	
1	Impactos	Não atendimento das demandas das unidades solicitantes;				
P-01	Ações Preventivas	Justificar as quantidades pretendidas no Termo de Referência por meio do Estudo		CLAUDIONOR DA SILVA LIMA		



Documento assinado eletronicamente por **FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU**, **Chefe do Departamento de Serviços Gerais**, em 03/12/2021, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DARCY RODRIGUES DA SILVA**, **Analista de Gestão em Saúde**, em 03/12/2021, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIONOR DA SILVA LIMA**, **Gestor(a) do Serviço de Gestão de Vigilância**, em 03/12/2021, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA BEATRIZ ALVES CUZZATTI**, **Coordenadora-Geral**, em 03/12/2021, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1305640** e o código CRC **2A15713F**.